

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

### Informações gerais da avaliação:

**Protocolo:** 202506057

**Código MEC:** 2413837

**Código da  
Avaliação:** 229353

**Ato  
Regulatório:** Reconhecimento de Curso

**Categoria  
Módulo:** Curso

**Status:** Finalizada

**Instrumento:** 302-Instrumento de avaliação de cursos de graduação - Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento (presencial)

**Tipo de  
Avaliação:** Avaliação de Regulação

### Nome/Sigla da IES:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB

### Endereço da IES:

56079 - CAMPUS PICUÍ - Acesso Rodovia PB 151, S/N Cenecista. Picuí - PB.  
CEP:58187-000

### Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

GESTÃO AMBIENTAL

### Informações da comissão:

**Nº de  
Avaliadores :** 2

**Data de  
Formação:** 16/09/2025 10:16:48

**Período de  
Visita:** 12/11/2025 a 14/11/2025

**Situação:** Visita Concluída

### Avaliadores "ad-hoc":

Marco Antonio Soares De Souza (02059972795)

SANDRA MARIA SILVEIRA DENADAI (17513626120) -> coordenador(a) da comissão

### Curso:

## DOCENTES

<b>Nome do Docente</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime Trabalho</b>	<b>Vínculo Empregatício</b>	<b>Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso (em meses)</b>
DJAIR ALVES MELO	Doutorado	Integral	Estatutário	21 Mês(es)
Heric Nero Lisboa Dos Santos	Mestrado	Integral	Estatutário	1 Mês(es)
Igor Torres Reis	Mestrado	Integral	Estatutário	21 Mês(es)
Jandeilson Alves de Arruda	Mestrado	Integral	Estatutário	21 Mês(es)
Jayson Dagoberto Dos Santos Carneiro	Mestrado	Integral	Estatutário	1 Mês(es)
Jose Lucínio De Oliveira Feire	Doutorado	Integral	Estatutário	21 Mês(es)
Mario Henrique Medeiros Cavalcante De Araujo	Mestrado	Integral	Estatutário	5 Mês(es)
Montesquieu Da Silva Vieira	Doutorado	Integral	Estatutário	21 Mês(es)
Tadeu Macryne Lima Cruz	Doutorado	Integral	Estatutário	21 Mês(es)
Vinícius Anselmo Carvalho Lisboa	Doutorado	Integral	Estatutário	21 Mês(es)

## CATEGORIAS AVALIADAS

### ANÁLISE PRELIMINAR

#### 1. Informe o link para a pasta virtual da documentação da IES.

[https://docs.google.com/document/d/1CSh-YcuYLvCLJql0saLiqoDnwKfbpY\\_8/edit?usp=sharing&ouid=112665175018306000189&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/document/d/1CSh-YcuYLvCLJql0saLiqoDnwKfbpY_8/edit?usp=sharing&ouid=112665175018306000189&rtpof=true&sd=true)

#### 2. Informar nome da mantenedora.

A Razão Social da mantenedora é o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB, Código 9.062, CNPJ 10.783.898/0001-75, Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal, sita a Avenida João da Mata, n. 256, CEP 58.0150-20, bairro Jaguaribe, João Pessoa-PB.

#### 3. Informar o nome da IES.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB - Campus de Picuí (Código – 1.166). Verificou através da geolocalização que o endereço correto do campus é no Acesso à Rodovia PB177, s/n, bairro Cenecista, CEP 58.187-000, Picuí/PB e não PB155 como consta no FE e alguns documentos apresentados pela IES.

#### 4. Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB, criado nos termos da Lei n. 11.892, de 29.12.2008, é uma autarquia federal mantida pelo Ministério da Educação (MEC), pessoa jurídica de direito público federal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n. 00.394.445/0030-38, com sede em Brasília, no Distrito Federal. O IFPB é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ 10.783.898/0001-75, localizada na sita a Avenida João da Mata, n. 256, CEP 58.0150-20, bairro Jaguaribe, João Pessoa-PB, é detentor de autonomia administrativa,

patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. O IFPB foi reconhecido através da portaria n. 330/MEC, de 08.02.2019, publicada no DOU de 11.02.2019, por 08 (oito) anos. O campus de Picuí está situado no Acesso à Rodovia PB177, s/n, bairro Cenecista, CEP 58.187-000, Picuí/PB, sendo a sua sede definitiva desde 08.06.2011, o Campus Picuí foi criado em 2008, juntamente com outros nove campi.

##### 5. Descrever o perfil e a missão da IES.

Segundo o PDI (2020 – 2024) o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba -IFPB é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, criada nos termos da Lei n. 11.892, de 29.12.2008. Possui natureza jurídica de autarquia e é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos de educação superior, o IFPB é equiparado às universidades federais. O Instituto Federal da Paraíba é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. O IFPB tem administração descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do artigo 9º da Lei n. 11.892/2008, conforme disposto em seu Regimento Geral.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) possui como missão institucional, conforme apresentado no PDI/IFPB 2021-2024, “ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática”.

##### 6. Verificar, a partir dos dados socioeconômicos e ambientais apresentados no PPC para subsidiar a justificativa apresentada pela IES para a existência do curso, se existe coerência com o contexto educacional, com as necessidades locais e com o perfil do egresso, conforme o PPC do curso.

Segundo o PPC do curso de Gestão Ambiental do Campus Picuí, Picuí é conhecida nacionalmente como a “Terra da Carne de Sol”. Limita-se ao norte com o Rio Grande do Norte, ao sul, com Nova Palmeira, Pedra Lavrada e Baraúna; ao leste, Cuité e Nova Floresta; e ao oeste, Frei Martinho e novamente com o Rio Grande do Norte. A localização espacial do município, interligando os estados da Paraíba e o Rio Grande do Norte através da BR 151, faz da Cidade um polo estratégico para a Região Geográfica Imediata de Cuité-Nova Floresta e a Região Geográfica Imediata de Currais Novos abrangendo uma área de 19 municípios e uma população de mais de 150 mil habitantes. A economia está distribuída na agricultura, pecuária, comércio, serviços e indústrias com destaque para extração mineral. O município possui uma rede de ensino composta por dezesseis escolas municipais, com um total 840 alunos na Educação Infantil, 2.142 no Ensino Fundamental e 343 na Educação de Jovens, Adultos e Adultos, totalizando 3.325 alunos (Censo 2023). O município também conta com 04 escolas estaduais, 02 particulares e o Instituto Federal de Educação da Paraíba-IFPB. Diversos fatores favoreceram a implantação do curso de Gestão Ambiental no município de Picuí, tais como: contribuir para a melhoria da qualidade ambiental para um desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade; o contexto socioeconômico do município; necessidade de uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade socioambiental por parte das gerações presentes e futuras; formação de profissionais cada vez mais qualificados para atuar no estado, na região, no município e no país visando contribuir para a melhoria da qualidade ambiental e um desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade; e a política de interiorização do IFPB. Todos estes fatores inserem o Curso Superior de Tecnologia em

Gestão Ambiental, positivamente no contexto social, cultural e econômico picuiense, em sua área de influência, com destacada integração com o setor produtivo, contribuindo pela sua importância para o cenário regional, especificamente no atendimento às variadas demandas do exigente e promissor mercado de trabalho. No âmbito do estado da Paraíba, a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental justifica-se, pois suas principais atividades econômicas se concentram, no turismo, na pesca, na agropecuária, na indústria e na mineração, atividades essas de forte apelo ambiental. O turismo é uma das principais atividades econômicas do Estado e necessita de ações de gestão de infraestrutura básica tais como as de saneamento ambiental, que dê sustentabilidade para essa atividade. Na indústria extrativa, o estado destaca-se pela produção de minerais não-metálicos/minerais industriais, como a bentonita, cujas reservas constituem metade das reservas nacionais, bem como a ilmenita e o rutilo, nas areias pesadas do litoral norte do estado, que somam cerca de 20% do total nacional de titânio. Com relação à agropecuária, o estado destaca-se na produção de frutas tropicais, criação de caprinos e ovinos e na criação de camarão. A fruticultura irrigada colabora em grande parcela da pauta de exportação, principalmente de cana-de-açúcar, abacaxi, fumo, graviola, juta, umbu, caju, manga, acerola, mangaba, tamarindo, mandioca, milho, sorgo, urucum, pimenta-do-reino, castanha de caju, arroz, café e feijão. As atividades fabris, notadamente a indústria têxtil, tem-se feito presente no Estado. Também surge como demanda nas questões ambientais a necessidade de dotar o estado de melhores indicadores de salubridade ambiental e profissionais qualificados para atendimento a esses indicadores. Dos municípios que tem sistemas de abastecimento de água poucos possuem sistemas de esgotamento sanitário, nenhum deles com 100% de cobertura, e desses, apenas uma pequena parcela tratam os esgotos coletados, gerando grandes impactos ambientais com o lançamento diretamente nas vias públicas, corpos receptores ou mesmo contaminando mananciais subterrâneos. Muitos municípios não gerenciam adequadamente seus resíduos sólidos, encaminhando-os para lixões, existindo apenas dois aterros sanitários em operação que tratam adequadamente os resíduos domiciliares gerados. Diante do quadro caracterizado, impõe-se a necessidade da formação de profissionais cada vez mais qualificados para atuar no estado, na região e no país, visando contribuir para a melhoria da qualidade ambiental de forma a termos um desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade. Nesse sentido, a implantação do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental atende, no âmbito do estado da Paraíba no município de Picuí-PB, às demandas geradas por esse contexto social e político. Assim, o IFPB oferece o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Tecnólogo em Gestão Ambiental, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capazes de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social. O município possui área geográfica de 667,714 km<sup>2</sup> e 18.333 habitantes (67% urbana), sendo a segunda cidade em número de habitantes da Região Geográfica Imediata de Cuité-Nova Floresta (IBGE, 2022). Seu IDH é médio - 0,608 (PNUD-2010, sua renda per capita é de R\$ 11.378,13 (IBGE/2021) e seu IDEB é 5,8 (2023).

7. Redigir um breve histórico da IES em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e as áreas de pesquisa, se for o caso.

Segundo o PDI (2020 – 2024), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) tem mais de 100 anos. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1942; Escola Industrial, de 1942 a 1958;

Escola Industrial Coriolano de Medeiros, de 1958 a 1965; Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1965 a 1968; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1968 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, com a edição da Lei n. 11.892, de 29.12.2008. O decreto do Presidente Nilo Peçanha criou uma escola de aprendizes artífices em cada capital dos estados da federação, mais como uma solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o período, para conter conflitos sociais e qualificar mão de obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir de 1930. A Escola de Aprendizes Artífices, que oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, funcionou inicialmente no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado e depois se transferiu para o edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960. Finalmente, já como Escola Industrial Coriolano de Medeiros, se instalou no prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, no bairro de Jaguaribe. O processo de interiorização da Instituição aconteceria décadas depois, através da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras (UnED-CJ) em 1995. Transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão de suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede (Campus João Pessoa), com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional (NEEP), que funcionava na Rua das Trincheiras, e com o Núcleo de Arte, Cultura e Eventos (NACE), que ocupava o prédio da Escola de Aprendizes Artífices, ambos no mesmo município. A partir do ano de 1999, o Instituto Federal da Paraíba começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade paraibana e brasileira todos os níveis de educação, desde a educação básica (ensino médio, ensino técnico integrado e pós-médio) à educação superior (cursos de graduação na área tecnológica), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão. A partir desse período, foram implantados cursos de graduação nas áreas de Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários, bem como a Licenciatura em Química. Cursos de Bacharelado nas áreas de Administração e de Engenharia Elétrica e os cursos de pós-graduação em parceria com faculdades e universidades locais e regionais. Ainda como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, em 2007, foi implantada a Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande (UnED-CG) e o Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo. Com a Lei n. 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma instituição de referência em educação profissional na Paraíba. Além dos cursos usualmente chamados de “regulares”, o Instituto desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades e da competência técnica no exercício da profissão. O Instituto desenvolve estudos com vistas a oferecer programas de treinamento para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública. E atua na educação de jovens e adultos, por meio do ProEJA, do Pronatec, do Programa Novos Caminhos e de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ampliando o cumprimento da sua responsabilidade social. Também atua na modalidade de Educação a Distância (EaD) e tem investido fortemente na capacitação dos seus professores e técnico-administrativos e no desenvolvimento de atividades de pós-graduação lato sensu, stricto sensu e de pesquisa aplicada. O IFPB com os Campi de Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Sousa, Guarabira, Campus Avançado Cabedelo Centro, Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade.

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) oferta 225 cursos distribuídos entre diferentes níveis e modalidades, sendo 44 cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), 01 curso de especialização técnica, 112 cursos técnicos, 52 cursos de graduação, 12 cursos de especialização e 4 cursos de mestrado. No Campus Picuí, são ofertados 7 cursos técnicos, 4 cursos superiores e 1 pós-graduação em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido, além de cursos FIC. O campus possui um total de 1.400 alunos, 67 docentes, 25 técnicos administrativos em educação e 40 colaboradores terceirizados. O curso de Tecnologia em Gestão Ambiental conta, atualmente, com 49 estudantes matriculados. Em relação às ações acadêmicas, o campus dispõe de 25 bolsas de pesquisa, 18 bolsas de extensão, 14 bolsas de monitoria e 165 auxílios estudantis.

8. Informar o nome do curso (se for CST, observar a Portaria Normativa nº 12/2006).

De acordo com PPC o nome do curso avaliado é Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, estando em observância com a portaria normativa n. 12/2006 que dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

9. Indicar a modalidade de oferta.

De acordo com o PPC do curso e informações constantes no formulário eletrônico a modalidade de oferta do curso é 100% presencial.

10. Informar o endereço de funcionamento do curso.

Segundo o FE e a geolocalização o curso de Gestão Ambiente é ofertado pelo Campus Picuí, Código da Mantida - 1.166, sita no Acesso à Rodovia PB177, s/n, CEP 58.187-000, Picuí/PB.

11. Relatar o processo de construção/implantação/consolidação do PPC.

Segundo o PPC do curso para a construção, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Campus de Picuí observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), no Decreto n. 5.154/2004, na Resolução CNE/CP n. 01/2021 e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Atende ao que determina a Resolução CNE/CNS n. 7, de 18.12.2018, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira; e a Resolução n. 34/2022 – CS-IFPB, que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Além disso, a construção do referido PPC teve como documento norteador a resolução n. 55/2017- CS-IFPB que trata do Regulamento para criação, alteração e extinção de cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação no IFPB. No processo de criação, a proposta foi encaminhada à Diretoria de Ensino, ao Conselho Diretor do Campus, à Pró-Reitoria de Ensino (PRE), ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e ao Conselho Superior (CONSUPER). Na proposta constou a Portaria de Comissão de Elaboração do Curso, composta por docentes e pedagogos ou técnicos em assuntos educacionais, as Atas das reuniões da Comissão de Elaboração, um estudo de viabilidade de curso que apresenta as justificativas e relevâncias do curso nas dimensões acadêmica, científica e social, bem como comprovações de viabilidade nos aspectos de adequação às demandas do mundo do trabalho, disponibilidade de pessoal e infraestrutura, compatibilidades com os eixos tecnológicos do Campus e com os objetivos e finalidades do IFPB. O PPC foi elaborado de acordo com os modelos de referência adotados no IFPB, analisado pela coordenação pedagógica, juntamente com um parecer da Equipe Pedagógica do Campus, o Plano de Trabalho do Curso, Resolução do Conselho Diretor do Campus e parecer favorável da DES/PRE. A referida resolução chama a atenção para se evitar a superposição ou concorrência da oferta de curso por áreas de atuação/formação para os Campi com proximidade geográfica. Após aprovação do Estudo de Viabilidade do

Curso e o PPC, o processo foi encaminhado à Diretoria de Ensino Superior que emitiu um parecer parcial, constando as alterações e/ou sugestões a serem contempladas na proposta, se houver. Seguida de análise pela Diretoria de Articulação Pedagógica – DAPE/PRE que emitiu o parecer final do processo à PRE que o encaminhou ao CEPE e então o processo foi encaminhado ao CONSUPER que emitiu a Resolução de Autorização do Curso. Quando houver a necessidade de alterações do PPC, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), aprovada pela Resolução n. 63/2021-CS-IFPB, deverá se manifestar. A avaliação interna, deverá ocorrer no máximo a cada dois anos com o objetivo de identificar a necessidade de ajustes ou alterações, atendendo à legislação vigente, à demanda dos docentes e discentes e ao mundo do trabalho. A avaliação deverá ocorrer com antecedência mínima de 01 (um) ano antes do ciclo de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O Núcleo Docente Estruturante (NDE), regulamentado pela resolução nº 143/2015- CS/IFPB, deverá supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pela CPA, bem como propor e participar dos ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na avaliação interna e externa (SINAES). Uma Comissão de Alteração será constituída pela coordenação do curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso, que deverá divulgar para a comunidade os prazos para solicitação de alteração do PPC, receber, analisar e sistematizar a pedido de alteração do curso, considerando toda a legislação vigente, analisar a situação das turmas existentes, emitindo parecer, para verificar a possibilidade de migração para a matriz proposta, considerando: benefícios, interesse das turmas, se a turma já cursou mais de 30% da matriz na qual ingressou, necessidades de adequações para que os discentes cumpram a nova matriz e necessidade de alteração no sistema de controle acadêmico dos dados dos discentes. No pedido de alteração deverão constar a portaria da Comissão de Alteração do Curso, justificativa para alteração, cópia da matriz vigente e PPC alterado.

12. Verificar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso (caso existam).

O PPC de Gestão Ambiental está em conformidade com a resolução CNE/CP 3, de 18.12.2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia e de acordo com o Parecer CNE/CES n. 277/2006 que orienta a nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de Graduação e o Parecer CNE/CES n. 239/2008 - que dispõe sobre a carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia, além do Catálogo de Cursos do MEC.

13. Identificar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para cursos de licenciatura.

Não se Aplica. O Curso Superior é de Tecnologia em Gestão Ambiental do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

14. Verificar as especificidades do Despacho Saneador e o cumprimento das recomendações, em caso de Despacho Saneador parcialmente satisfatório.

Após analisar o exposto no Despacho Saneador do processo para avaliação in loco do curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB, verificou-se que consta a informação de que a instituição cumpriu de forma satisfatória todos os requisitos legais e manutenção de todos os arquivos de documentos exigíveis para o protocolo, sendo orientado a comissão de avaliação as análises peculiares a avaliação in loco, conforme critérios do instrumento de avaliação e a legislação do Ensino Superior e do Sistema Nacional de Regulação do Ensino Superior.

15. Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.

Através da análise das informações inseridas no FE e informações dos gestores não foi identificada a existência de Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, para o Curso de Gestão Ambiental do IFPB – Campus Picuí.

16. Informar o turno de funcionamento do curso.

De acordo com o FE preenchido pela IES e o PPC o curso é ofertado no turno vespertino.

17. Informar a carga horária total do curso em horas e em hora/aula.

Segundo o PPC do curso e o que consta no FE o curso de Gestão Ambiental do IFPB - Campus Picuí, possui 1.705 horas/relógio e 2.046 horas/aula de 50 minutos em conteúdos curriculares obrigatórios e 100 horas de Atividades Complementares. O Estágio Supervisionado está previsto no PPC como não obrigatório, com 300 horas. A disciplina de Libras é optativa e com 40 h. Buscando cumprir a Resolução CNE/CNS n. 7/2018, o IFPB implementou a Curricularização da Extensão, por meio da Resolução n. 34/2022 – CS-IFPB. No Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, são realizadas atividades de extensão nas mais diversas disciplinas, atividades que estão pautadas nas problemáticas locais, fazendo com que o conhecimento de temáticas específicas se transforme em ações práticas que visam a transformação da realidade local, além da formação integral do discente. Verificou-se que o curso está em acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia vigente, que define a carga horária mínima do curso em 1.600 horas.

18. Informar o tempo mínimo e o máximo para integralização.

Segundo o PPC o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental ofertado pelo IFPB - Campus Picuí está organizado em 04 semestres letivos (regime semestral), totalizando dois anos de curso. A comissão verificou que o tempo mínimo de integralização do curso é de 04 (quatro) semestres e máximo 06 (seis) semestres.

19. Identificar o perfil do(a) coordenador(a) do curso (formação acadêmica; titulação; regime de trabalho; tempo de exercício na IES; atuação profissional na área). No caso de CST, consideração e descrição do tempo de experiência do(a) coordenador(a) na educação básica, se houver.

A Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB-Campus Picuí está sob responsabilidade do Professor Doutor Montesquieu Vieira da Silva, eleito pela comunidade acadêmica e nomeado pela portaria n. 138/2024-DG-Picuí. Com regime de trabalho integral com dedicação exclusiva. por sua vez, é agrônomo, doutor em Manejo de Solo e Água, exerce magistério na Educação Profissional e Tecnológica, na graduação (Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia) e na Pós-Graduação lato sensu (Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido). Possui experiência em pesquisa e extensão, coordenando o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA). O docente atua em regime de 40 horas com dedicação exclusiva e possui 5 anos de experiência na educação básica, tendo atuado a nível de ensino médio no Curso de Agroecologia e Meio Ambiente do IFRN campus Ipangaçu. O coordenador atua em regime de tempo integral, atendendo plenamente às demandas do curso, organizando e administrando o corpo docente, participando dos colegiados superiores, seguindo um plano de ação documentado e utiliza indicadores públicos de desempenho, promovendo a integração e a melhoria contínua das atividades acadêmicas. Observou-se a representatividade do coordenador nos colegiados superiores, garantindo a participação do curso nas decisões institucionais e a integração com a política acadêmica do campus e da instituição Todos os documentos comprobatórios foram apresentados e verificados durante a avaliação.

20. Calcular e inserir o IQCD, de acordo com o item 4.9 da Nota Técnica nº 16/2017, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.



ORDEM NOME Dr Ms Esp Tempo/Meses  
 1 Ana Luísa Pires Moreira (substituta) X 1  
 2 Djair Alves Melo X 226  
 4 Heric Nero Lisboa dos Santos (substituto) X 3  
 3 Igor Torres Reis X 173  
 5 Jandeílson Alves de Arruda X 176  
 12 Jayson Dagoberto dos Santos Carneiro X 123  
 6 Jose Lucínio de Oliveira Feire X 272  
 7 Luís Augusto de Mendonça Araújo (licença médica) X 114  
 8 Mário Henrique Medeiros Cavalcante de Araújo X 142  
 9 Montesquieu da Silva Vieira X 178  
 10 Tadeu Macryne Lima Cruz X 141  
 13 Vinicius Anselmo Carvalho Lisboa X 128  
 14 Wamberto Raimundo da Silva Júnior X 183  
 11 Ygor Gardel Santos de Lima X 173  
 TOTAL 14 09 04 169,08

Considerando que o quadro de docentes do curso possui doze (12) docentes, sendo nove (09) doutores (75,0%), três (03) mestres (25,0%), (0) especialista e (0) graduado, o IQCD é de:

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD):  $(5 \times D) + (3 \times M) + (2 \times E) + G/D + M + E + G$

$\text{IQCD} = (5 \times 9) + (4 \times 3) + (2 \times 0) + 0/9 + 3 + 0 + 0$

$\text{IQCD} = 45 + 12 + 0 + 0/12$

$\text{IQCD} = 57/12$

$\text{IQCD} = 4,75$

Portanto, o Índice de Qualificação do Corpo Docente,  $\text{IQCD} = 4,75$

OBS.: A profa. Ana Luísa Pires Moreira é professora substituta, estando substituído o prof. Luís Augusto de Mendonça Araújo que se encontra em licença médica. O prof. Heric Nero Lisboa dos Santos também é professor substituto. Portanto os mesmos não foram utilizados para o cálculo do IQCD.

#### 21. Discriminar o número de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

De acordo com a documentação apresentada o Curso de Gestão Ambiental do IFPB – Picuí/PB, conta com doze docentes, sendo nove (09) doutores (75,0%), três (03) mestres (25,0%), (0) especialista e (0) graduado.

Docentes Doutores: Djair Alves Melo, Ygor Torres Reis, Jandeílson Alves de Arruda, José Lucínio de Oliveira Freire, Montesquieu da Silva Vieira, Tadeu Macryne Lima Cruz, Ygor Gardel Santos de Lima, Vinicius Anselmo Carvalho Lisboa e Wamberto Raimundo da Silva Júnior.

Docentes Mestres: Jayson Dagoberto dos Santos Carneiro, Luís Augusto de Mendonça Araújo e Mário Henrique Medeiros Cavalcante de Araújo.

OBS.: Luís Augusto de Mendonça Araújo encontra-se afastado para tratamento de saúde e a profa. Dra. Ana Luisa Pires Moreira é sua substituta. O prof. Heric Nero Lisboa dos Santos também é professor substituto.

#### 22. Indicar as disciplinas a serem ofertadas em língua estrangeira no curso, quando houver.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Tecnológico de Gestão Ambiental - (PPC)/ 2025, não são ofertadas disciplinas em língua estrangeira.

23. Informar oferta de disciplina de LIBRAS, com indicação se a disciplina será obrigatória ou optativa.

Segundo o PPC do Curso Tecnológico de Gestão Ambiental, a disciplina LIBRAS é ofertada como componente curricular OPTATIVO, com carga horária de 40 horas, contemplando o disposto no Decreto n. 5626, de 22.12.2005.

24. Explicitar a oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

Como o PPC do curso não prevê estágio curricular obrigatório, os convênios são firmados, a pedido do aluno, com a prefeitura de Picuí, empresas particulares, etc...

25. Informar sobre a existência de compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) com diferentes cursos e diferentes instituições para os cursos da área da saúde.

Não se aplica. O curso é de Tecnologia em Gestão Ambiental do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

26. Descrever o sistema de acompanhamento de egressos.

A Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB-Campus Picuí está sob responsabilidade do Professor Doutor Montesquieu Vieira da Silva, eleito pela comunidade acadêmica e nomeado pela portaria n. 138/2024-DG-Picuí. Com regime de trabalho integral com dedicação exclusiva. por sua vez, é agrônomo, doutor em Manejo de Solo e Água, exerce magistério na Educação Profissional e Tecnológica, na graduação (Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia) e na Pós-Graduação lato sensu (Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido). Possui experiência em pesquisa e extensão, coordenando o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA). O docente atua em regime de 40 horas com dedicação exclusiva e possui 5 anos de experiência na educação básica, tendo atuado a nível de ensino médio no Curso de Agroecologia e Meio Ambiente do IFRN campus Ipangaçu. O coordenador atua em regime de tempo integral, atendendo plenamente às demandas do curso, organizando e administrando o corpo docente, participando dos colegiados superiores, seguindo um plano de ação documentado e utiliza indicadores públicos de desempenho, promovendo a integração e a melhoria contínua das atividades acadêmicas. Observou-se a representatividade do coordenador nos colegiados superiores, garantindo a participação do curso nas decisões institucionais e a integração com a política acadêmica do campus e da instituição Todos os documentos comprobatórios foram apresentados e verificados durante a avaliação.

27. Informar os atos legais do curso (Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do curso, quando existirem) e a data da publicação no DOU ou, em caso de Sistemas Estaduais, nos meios equivalentes.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental (tecnológico) (1.664.100), do Campus de Picuí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (1.166), foi criado por meio da Resolução AR 48/2023 do Conselho Superior, de 11.12.2023. O presente processo tem como objeto o ato de Reconhecimento de Curso.

28. Indicar se a condição de autorização do curso ocorreu por visita (nesse caso, explicitar o conceito obtido) ou por dispensa.

A IES é Federal e tem autonomia para a criação de cursos. Assim, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-Campus de Picuí foi criado por meio da Resolução AR 48/2023 do Conselho Superior/IFPB, de 11.12.2023.

29. Apontar conceitos anteriores de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, se for o caso.

O Curso foi autorizado pela IES em 2023, por meio de Resolução do Conselho Superior e encontra-se em fase de Reconhecimento, portanto não possui conceitos anteriores.

30. Informar o número de vagas autorizadas ou aditadas e número de vagas ociosas anualmente.

Verificou-se no PPC/2025 que são ofertadas anualmente 60 vagas, 30 no 1º semestre e 30 no 2º semestre. Das 120 vagas totais, para os dois anos do curso, 100 estão ociosas, conforme informações prestadas pelo setor de registro acadêmico do IFPB.

31. Indicar o resultado do Conceito Preliminar de Curso (CPC contínuo e faixa) e Conceito de Curso (CC contínuo e faixa) resultante da avaliação in loco, quando houver.

Não existe até o momento Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Conceito de Curso (CC), pois o Curso está em processo de Reconhecimento. A previsão de conclusão da primeira turma é no final do segundo semestre de 2025, de modo que os discentes não realizaram o ENADE nos últimos três anos.

32. Indicar o resultado do ENADE no último triênio, se houver.

Não foi realizado ENADE no último triênio. O curso teve início em 2024, com uma duração mínima de 2 anos.

33. Verificar o proposto no Protocolo de Compromisso estabelecido com a Secretaria de Supervisão e Regulação da Educação Superior (SERES), em caso de CPC insatisfatório, para o ato de Renovação de Reconhecimento de Curso.

Como a AVALIAÇÃO em pauta é de RECONHECIMENTO DE CURSO, então, não existe Protocolo de Compromisso estabelecido pela SERES.

34. Calcular e inserir o tempo médio de permanência do corpo docente no curso. (Somar o tempo de exercício no curso de todos os docentes e dividir pelo número total de docentes no curso, incluindo o tempo do(a) coordenador(a) do curso).

Os docentes que ministram aula no curso pertencem ao quadro da IES desde a sua criação. O quadro docente do curso possui 10 docentes e a somatória dos meses corresponde a 1732 meses, então:  $2028,96 \text{ (somatória dos meses)} / 12 \text{ (docentes)} = 169,08 \text{ meses}$ . Logo, o tempo médio de permanência do corpo docente no curso de Gestão Ambiental do IFPB – Picuí é de aproximadamente 24 meses.

35. Informar o quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo anterior à avaliação in loco, se for o caso: ingressantes; matriculados; concluintes; estrangeiros; matriculados em estágio supervisionado; matriculados em Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; participantes de projetos de pesquisa (por ano); participantes de projetos de extensão (por ano); participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano).

Atualmente, das 120 vagas ofertadas nos 4 anos do CSTGA somente 19 alunos matriculados, sendo que existem 101 vagas ociosas. Não há concluintes. Nenhum estrangeiro está matriculado, somente 03 alunos participam de projetos de extensão e 01 em projetos de pesquisa.

36. Indicar a composição da Equipe Multidisciplinar para a modalidade a distância, quando for o caso.

Segundo o PPC do curso a modalidade de oferta do curso de Gestão Ambiental é 100% presencial.

**Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

4,67

**1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.**

4

**Justificativa para conceito 4:** O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal da Paraíba – Campus Picuí, conforme estabelecido no PPC-2023 apresenta a implementação das políticas institucionais de ensino,

extensão e pesquisa, em consonância com as diretrizes expressas no PDI e nos Programas/Políticas institucionais de fomento ao ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, implementados pelas pró-reitorias correlatas. No âmbito do curso, é possível constatar a efetiva aplicação dessas políticas por meio de ações de ensino, programas de extensão, projetos de iniciação científica, participação em editais, integração com a comunidade e atividades interdisciplinares, demonstrando o alinhamento entre as práticas desenvolvidas e o perfil profissional do egresso estabelecido no PPC. Tais ações evidenciam a promoção de oportunidades de aprendizagem significativas, voltadas não apenas à formação técnica e científica, mas também ao desenvolvimento humano, social e crítico do estudante. Além disso, o curso adota metodologias ativas, como debates, “mapas falados”, “juris simulados”, integração ensino-pesquisa-extensão em aulas de campo, envolvendo professores de várias disciplinas, projetos interinstitucionais, especialmente com empresas ligadas aos projetos dos parques eólicos na região, atividades de monitoria e estágios, tanto intra-campus, na área agroecológica, quanto em empresas da região, entre outras, que se mostraram exitosas e/ou inovadoras. Essas práticas favorecem a constante atualização e revisão das ações do curso, assegurando sua sintonia com as demandas locais, regionais e nacionais, e reafirmando o compromisso institucional com a qualidade da formação ofertada. No processo de revisão das políticas institucionais o IFPB possui um sistema próprio de acompanhamento das atividades desenvolvidas pela instituição (PLANEDE), com atualização periódica e dashboards abertos para acesso a comunidade interna e externa. Dessa forma, As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), constantes no PDI, estão implantadas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso.

#### 1.2. Objetivos do curso.

4

**Justificativa para conceito 4:** O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia e com a Classificação Brasileira de Ocupações, tem como objetivo formar profissionais com conhecimento técnico-científico sólido, amplo e generalista na área de Gestão Ambiental, capazes de antever, avaliar e mitigar alterações no meio ambiente, de modo a se alcançar o desenvolvimento sustentável e contribuindo para a melhoria social, econômica e ambiental em atendimento às demandas da sociedade regional e nacional. **Objetivos Específicos** Os objetivos específicos são: formar profissionais capazes de planejar, gerenciar e executar atividades de diagnóstico, proposição de medidas mitigadoras e de recuperação de áreas degradadas; capacitá-los para coordenar equipes multidisciplinares de licenciamento ambiental; preparando-os para elaborar, implantar, acompanhar e avaliar políticas e programas de educação ambiental, gestão ambiental e monitoramento da qualidade ambiental; capacitando-os para realizar análises físico-químicas ambientais; e formar gestores ambientais para vistoriar, realizar perícias, avaliar, emitir laudo e parecer técnico em sua área de formação. Observou-se que os objetivos do curso, constantes no PPC, estão implementados, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional e características locais e regionais.

#### 1.3. Perfil profissional do egresso.

4

**Justificativa para conceito 4:** De acordo com a legislação vigente, o profissional egresso do Curso Tecnologia em Gestão Ambiental deve ser capaz de processar informações, ter senso crítico e ser capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico da região, integrando formação técnica à cidadania. O egresso deverá

a capacidade de: planejar, gerenciar e executar atividades de diagnóstico, proposição de medidas mitigadoras e de recuperação de áreas degradadas; coordenar equipes multidisciplinares de licenciamento ambiental; elaborar, implantar, acompanhar e avaliar políticas e programas de educação ambiental, gestão ambiental e monitoramento da qualidade ambiental; realizar análises químicas e físico-químicas ambientais; vistoriar, realizar perícia, avaliar, emitir laudo e parecer técnico em sua área de formação. Como habilidades específicas, o Gestor Ambiental deve possuir conhecimento para elaborar laudos, pareceres e relatórios técnicos, ter a capacidade para implementar e avaliar sistemas de qualidade e gestão ambiental em organizações, além de dispor de conhecimento para promover processos de educação ambiental formal e não-formal em organizações e comunidades. Assim, o Gestor Ambiental tem como desafio elevar o nível de qualidade de vida da população, estando em sintonia com a eficiência econômica, a qualidade social e a conservação dos recursos naturais. O Curso de Gestão Ambiental do IFPB-campus Picuí busca prover os egressos para atuarem nos seguintes campos de atuação: empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria; empresas em geral (indústria, comércio e serviços); empresas, propriedades rurais e empreendimentos de agricultura familiar; organizações não-governamentais; órgãos públicos; institutos e centros de pesquisa; instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação. O perfil profissional do egresso que consta no PPC, está de acordo com as DCN, expressa as competências a serem desenvolvidas pelo discente e as articula com necessidades locais e regionais.

1.4. Estrutura curricular. Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos 4  
(Decreto nº 5.626/2005).

**Justificativa para conceito 4:** A organização curricular do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental está estruturada a fim de atingir os objetivos a que o curso se propõe, desenvolvendo as competências necessárias ao perfil profissional do egresso. Atende às orientações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, às determinações legais presentes na legislação vigente, às características do contexto regional e às concepções preconizadas no PDI e no Regulamento Didático dos Cursos Superiores do IFPB. A flexibilização de conteúdos ocorre com a criação de disciplinas e outros mecanismos de organização de estudos que contemplem conhecimentos necessários para as demandas da comunidade, considerando os saberes, competências e experiências do estudante. Além do mais, a disponibilização de disciplinas optativas contribui para a concretização da flexibilização curricular e, por conseguinte, para o desenvolvimento do estudante e da sociedade. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas. A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos politécnicos, os quais favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma educação profissional e tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas. Essa proposta possibilita a realização de práticas interdisciplinares, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação. O egresso do curso deve entender o contexto social em que opera, bem como as suas relações interinstitucionais, com a análise do impacto das

tecnologias sobre os indivíduos, organização e sociedade, abrangendo os aspectos éticos, ambientais e de segurança. O educando deverá, de forma interdisciplinar, integrar-se no espaço de atuação profissional não só como agente cultural, mas também ator de transformação técnica e capacidade de abordagem do conhecimento, além de adequar-se às constantes mudanças no campo científico, cultural e tecnológico. A organização curricular está estruturada em regime semestral e as aulas possuem duração de 50 minutos. A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas, distribuídas em 4 semestres, com uma carga horária, 100 h, de componentes curriculares. A oferta do ensino da disciplina de LIBRAS é optativa para o Curso de Gestão Ambiental (40 h). A carga horária das atividades complementares é de 100 h em consonância com a legislação vigente. O curso de Gestão Ambiental considera os pressupostos da interdisciplinaridade como meio de integração e construção do conhecimento, buscando a formação integral do educando, com sólida articulação entre as disciplinas e temas transversais obrigatórios (políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena), a exemplo das disciplinas Introdução à Gestão Ambiental, Técnicas de Educação Ambiental, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Ecologia da Caatinga, Gestão da Produção Ecológica e Desenvolvimento Regional. Observou-se que a estrutura curricular, constante no PPC e implementada, considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total, evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e explicita claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação.

#### 1.5. Conteúdos curriculares.

5

**Justificativa para conceito 5:** Após análise do PPC do curso e relatos do NDE, docentes e discentes verificou-se a que o PPC de Gestão Ambiental do IFPB apresenta conteúdos curriculares que promovem de maneira efetiva o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com o PDI, com o Regimento Didático dos Cursos Superiores (Resolução CS/IFPB n. 31/2016), com a Normativa Institucional para a Curricularização da Extensão (Resolução CS/IFPB n. 34/2022) e com as normativas do Ministério da Educação. O IFPB possui normativas institucionais que disciplinam a oferta do ensino e o desenvolvimento de programas e projetos de ensino voltados a atender a Política de Educação Ambiental (resolução CS/IFPB n. 132/2015), a Educação em Direitos Humanos (resolução CS/IFPB n. 146/2015) e a Educação para as Relações Étnico-Raciais (resolução CS/IFPB n. 138/2015). Os conteúdos curriculares demonstram constante atualização da área, contemplando disciplinas e práticas alinhadas às inovações científicas, tecnológicas e metodológicas, o que garante a formação de profissionais aptos a atuar em contextos dinâmicos e em permanente transformação. A carga horária total encontra-se adequada às exigências legais e coerente com a complexidade das competências previstas, assegurando a integralidade da formação proposta. A bibliografia indicada no PPC é diversificada e pertinente, contemplando referências clássicas e contemporâneas da área, o que possibilita ao discente acesso a fundamentos consolidados e a produções recentes do campo de conhecimento. O curso também adota princípios de acessibilidade metodológica, assegurando práticas pedagógicas que promovem a inclusão e garantem o acesso de todos os estudantes às oportunidades de aprendizagem, por meio da aquisição e atualização dos livros das bibliografias existentes nos planos de disciplinas, utilização de materiais acessíveis, como aqueles produzidos pela CLAI, uso de tecnologias digitais, metodologias ativas ou estratégias inclusivas. Outro aspecto relevante é que os

conteúdos curriculares diferenciam o curso dentro da área profissional, por meio de discussões de temas atuais, de notícias “do momento”, utilização de metodologias ativas como “mapas falados” e “júris simulados”, viagens de campo com temáticas interdisciplinares, a fim de estimular o diálogo e a reflexão de temas dentro das disciplinas, bem como a construção do conhecimento, favorecendo a singularidade da proposta pedagógica. Ademais, o curso induz o contato dos estudantes com conhecimentos recentes e inovadores, seja por meio de projetos de campo, estágios, simulações de casos e trabalhos de laboratório; e, ou, utilização de metodologias ativas como estudos de caso, aprendizagem baseada em problemas, debates e projetos colaborativos; atualização bibliográfica, utilização e discussão de artigos científicos, reflexões sobre o processo de instalação dos parques eólicos na região, participação em eventos como o SIMPIF, publicações e realização de trabalhos de pesquisa e estágios em empresas; parcerias com empresas, organizações governamentais e ONGs, reforçando o compromisso com a excelência acadêmica e profissional. Dessa forma, os conteúdos, constantes no PPC, encontram-se implementados e contemplam a atualização da área, a adequação da carga horária e da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a inserção de políticas educacionais transversais, a diferenciação da proposta pedagógica e a indução ao contato com conhecimentos recentes e inovadores.

#### 1.6. Metodologia.

5

**Justificativa para conceito 5:** Segundo o PPC do curso para atender às características pedagógicas propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei n. 9394/96), e as Diretrizes Curriculares Nacionais, como também o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, não deve considerar apenas a estrutura curricular, mas também os métodos de ensino/aprendizagem, que devem ser inspirados em uma abordagem interdisciplinar, ou mesmo transdisciplinar, sistêmica, que garantam mecanismos integradores entre as diversas disciplinas e atividades que compõem a matriz curricular. Para tanto, o compromisso construtivo deve estar presente em todas as atividades curriculares. A pesquisa será adotada regularmente como estratégia de ensino, valorizando mecanismos que possibilitem a cultura investigativa, metodológica e a postura proativa que permitam ao aluno avançar frente ao desconhecido. A metodologia de ensino das disciplinas do eixo de formação profissional, além dos tradicionais recursos da exposição didática, acrescenta-se outros mecanismos que favorecerão a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade, os avanços tecnológicos e as demandas do mercado de trabalho. Dentre outros métodos de aprendizado, propõe-se: Ações Maker; Aprendizado por problemas; Elaboração e execução de projetos; Sala de aula invertida; Pesquisa de campo; Aprendizado entre pares; Rotação por estações; Aulas com utilização de vídeos e documentários; Aulas práticas em sala e/ou laboratório; Grupos de estudo orientados pelo professor; Trabalhos de iniciação científica; Participação em eventos relacionados à área do curso; Atividades de extensão com aplicações sociais e comunitárias; Estudos de caso; Estudos dirigidos e independentes; Aulas de campo; Fóruns de discussão online; Seminários; Gamificação. Os docentes são incentivados a utilizar outros métodos pedagógicos, além das aulas expositivas, apresentando aos estudantes problemas cuja solução não se encontra diretamente na bibliografia, pois deve ser incentivado a combinar as técnicas, teorias e ferramentas apresentadas no curso, visando elaborar novas soluções para os problemas a ele apresentados, possibilitando criar as condições adequadas de motivação, tanto para os alunos quanto para os professores. A metodologia, constante no PPC está de acordo com as DCN e atende ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo

acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área.

1.7. Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica. Segundo o PPC do curso está previsto a realização de estágio curricular supervisionado, de caráter facultativo, para todos os alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, com carga horária mínima de 300 horas integralizadas, que poderá ser realizado a partir do 2º semestre do curso. O discente deverá ser acompanhado e orientado por um docente durante a sua execução.

1.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica. O curso é de Tecnologia em Gestão Ambiental do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

1.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica. O curso é de Tecnologia em Gestão Ambiental do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

1.10. Atividades complementares. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

**Justificativa para conceito 5:** Segundo o PPC do curso a resolução n. 18/2023-CS-IFPB no art. 2º considera Atividades Complementares como: “todas as ações ou atividades formativas que possibilitem o desenvolvimento das habilidades e competências relacionadas ao perfil do egresso para além do previsto no itinerário formativo contemplado na matriz curricular, podendo ser atividades internas ou externas à IES e o art. 6º da Resolução n. 18/2023 – CS-IFPB, elenca o rol de possibilidades de reconhecimento das Atividades Complementares pelos cursos de graduação do Instituto Federal da Paraíba, quais sejam: Pesquisa, Extensão, Ensino, Eventos Científicos, Cursos relacionados à área de formação, Programas de formação profissional, Experiência profissional, Estágio extracurricular, Cursos de línguas, Grupos de estudo, pesquisa ou extensão, Atividades sociais, Atividades artísticas, esportivas e culturais. O acadêmico deve cumprir 100 horas de atividades complementares para a integralização do currículo obrigatório mínimo, contabilizadas e comprovadas, observando-se, a pontuação. Os §2º do art. 6...dispõe que: “A carga horária máxima permitida para cada tipo de atividade complementar não deve ultrapassar o limite de 25% da carga horária total prevista para a integralização das AC. As ações de extensão, já computadas na Curricularização da Extensão, não podem ser registradas como AC. Só serão aceitos comprovantes de AC aquelas realizadas durante o período de matrícula ativa no curso. Já, nos casos específicos de transferência entre cursos, ocorrerá a reavaliação pelo colegiado do curso das AC realizadas no curso de origem, desde que contemple a área de conhecimento ou habilitação do curso, para posterior inserção nas horas necessárias para a conclusão do curso. Portanto, verifica-se que as atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante



no PPC, e a existência de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.

1.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde NSA que não esteja previsto nas DCN).

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O PPC do curso não prevê a realização de Trabalho de Conclusão de Curso.

1.12. Apoio ao discente.

5

**Justificativa para conceito 5:** Segundo o PDI e o PPC do curso, o IFPB, para garantir aos alunos permanência e êxito nos conhecimentos da educação profissional e tecnológica, implementou a política de assistência estudantil a partir da Resolução n. 16/2018-CS-IFPB, articulada ao PNAES, definida pelo Decreto no 7.234, de 19.07.2010. Portanto, a política de assistência ao estudante no IFPB ocorre mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializadas através de programas que visam assegurar ao educando o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos comprometidos com a defesa da liberdade, da equidade e da justiça social. O IFPB oferece bolsas para os alunos no campo da pesquisa científica e tecnológica, em programas como PIBIC, PIBITI, PIBIC/EM, PIBICT, entre outros. Essas bolsas são financiadas com recursos orçamentários da própria Instituição ou de órgãos de fomento, como CNPq. Há, ainda, a possibilidade de os alunos participarem voluntariamente de programas de pesquisa. Oferta também Programas Extensão da instituição, com bolsas ou voluntariamente. Também o Programa de Apoio a Discentes para participação em Eventos Educacionais, Científicos ou Tecnológicos. São realizadas iniciativas de acolhimento para facilitar a adaptação dos alunos ingressantes e ampliar o seu interesse pelo curso, minimizando a retenção e a evasão. Para tanto, esses alunos, desde o primeiro período de disciplinas, têm contato com conteúdo e técnicas específicas de sua área profissional, desenvolvidos em componentes curriculares como Introdução à Gestão Ambiental, Química Ambiental, dentre outras. Os programas de Monitoria contemplam os alunos que possuam habilidades específicas e Tutoria Acadêmica. O PNAES garante que os estudantes em situação de vulnerabilidade social recebam alimentação, transporte, moradia, assistência à saúde, apoio psicológico, dentre outros. O PRONAPA é voltado aos alunos que apresentam lacunas no aprendizado, oferecendo aulas de reforço e atividades complementares para aprimorar seu desempenho, orientação pedagógica aos docentes e discentes. A operacionalização dos programas previstos nesta política é de responsabilidade da equipe interdisciplinar do campus, a qual envolve profissionais de diferentes áreas do conhecimento, tais como Serviço Social; Psicologia; Pedagogia; Nutrição; Medicina; Enfermagem; Odontologia; Educação Física; Arte; Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas. O acadêmico conta com o Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE) tem por objetivo oferecer suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na instituição com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito. A assistência estudantil no Campus Picuí também conta com o Programa de Atenção à Saúde, que oferece aos estudantes o auxílio óculos, conforme estabelecido na Resolução n. 03, de 29.09.2015. Outro serviço importante oferecido no Campus Picuí é a Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI), que está incluído no Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação da assistência estudantil do IFPB. Adicionalmente, o IFPB disponibiliza o Programa de Apoio à Participação em Eventos, que visa incentivar a participação

dos estudantes em eventos acadêmicos, científicos e culturais. O Programa de Apoio Pedagógico, tem como objetivo apoiar ações didático-pedagógicas que busquem melhorar o desempenho dos estudantes. Nesse sentido, são propostas em todos os componentes curriculares discussões transversais que abordam questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras. A IES também adquire recursos de tecnologia assistiva visando a atender a diferentes necessidades de estudantes com deficiência, desde aquelas ligadas à mobilidade até as que envolvem acessibilidade pedagógica, observando as necessidades dos estudantes do Campus. São designados cuidadores, leitores, tradutores, intérpretes de libras, transcritores em Braille, Alfabetizadores de Jovens e Adultos, entre outros profissionais especializados, para atender os estudantes com dificuldade de aprendizagem. Os alunos do Curso se organizam politicamente na forma de Diretório Central dos Estudantes, que é uma entidade que se propõe a ser um espaço sujeito a disputas democráticas no campo dos interesses da categoria dos estudantes no âmbito geral da instituição. As atividades de mobilidade acadêmica compreendem aquelas de cunho acadêmico, científico, artístico e/ou cultural, como cursos, estágios e orientação em pesquisa, que visam enriquecer e aprimorar a formação do estudante. O IFPB tem uma Política de Línguas, de modo a ofertar o ensino de uma ou mais línguas, viabilizando à mobilidade acadêmica de seus discentes e servidores. Portanto, o apoio ao discente contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e promove outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

#### 1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.

5

**Justificativa para conceito 5:** De acordo com o PPC do curso o projeto de avaliação incorpora o uso de instrumentos para a obtenção de opiniões da comunidade acadêmica, levando em consideração as cinco dimensões que abrangem os aspectos definidos pelos documentos do SINAES e em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n. 065/2014. Isso possibilita a facilitação da elaboração do relatório de autoavaliação. O monitoramento contínuo desses resultados, tem como objetivo identificar as deficiências apontadas e verificar as ações corretivas propostas e implementadas pelos cursos avaliados, é conduzido por meio de formulários específicos. Isso garante que os cursos absorvam os resultados de avaliações anteriores. Para enfatizar a importância da autoavaliação na IES e garantir o envolvimento de todos os envolvidos no processo de avaliação. Os resultados e análises dos processos de avaliação, juntamente com a proposta de ações corretivas, são consolidados em relatórios de autoavaliação. A Coordenação do Curso realiza uma avaliação semestral das atividades de ensino realizadas pelos docentes do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, por meio de um questionário elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). Os resultados são apresentados aos instrutores, proporcionando atualizações e reflexões sobre suas práticas pedagógicas, enquanto os alunos têm a oportunidade de revisar, aprofundar e adquirir conhecimento sobre tópicos relevantes para sua educação. Destaca-se que, durante a Semana de Avaliação Pedagógica, realizada no início de cada semestre, os pontos destacados nessa avaliação serão discutidos. Os resultados servirão como base para orientar as atividades das oficinas pedagógicas, que visam sugerir melhorias nas atividades de ensino nos semestres subsequentes. Os indicadores quantitativos e qualitativos obtidos a

partir da avaliação interna realizada pela CPA, moldam o processo de gestão do curso. Portanto, a gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

1.14. Atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº NSA 1.134, de 10 de outubro de 2016).

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O curso é 100% presencial.

1.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O curso é 100% presencial.

1.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem. 5

**Justificativa para conceito 5:** Segundo o PPC, o curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB – campus Picuí tem disponível muitos recursos de tecnologia da informação e de comunicação no seu processo de ensino-aprendizagem. O sistema acadêmico da instituição - SUAP-Edu – possibilita ao professor a inserção de material didático, apostilas e textos para o acesso dos alunos matriculados na disciplina, complementando, dessa forma, o conteúdo ministrado em sala de aula. Esse ambiente eletrônico também permite aos alunos tirarem dúvidas com o professor, numa dinâmica em espaço virtual, fora da sala de aula, complementando as ações do processo ensino-aprendizagem. É também, através desses sistemas que os alunos respondem a questionários de avaliação do curso, elaborados pela instituição. Outro recurso disponível são os computadores das salas de aula equipados com acesso à internet. Eles possibilitam ao docente utilizar esta ferramenta como auxiliar na sua metodologia de ensino e didática, apresentando, em tempo real, exemplos atuais sobre os assuntos trabalhados, acessando a rede mundial de computadores, possibilitando aulas interativas. Além disso, existem outras tecnologias de informação voltadas para suporte de atividades docentes, como o Google Meet e o Classroom. Esses sistemas permitem auxiliar e melhorar a aprendizagem, administrar material de ensino didáticos em formato digital, cadastrar aulas, estabelecer melhor comunicação entre docente e discente e armazenar as notas dos alunos. As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino-aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes e discentes e tutores, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

1.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância NSA (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O curso é 100% presencial.

1.18. Material didático. NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O PDI ou o PPC do curso não preveem a produção e/ou distribuição de material didático.

**Justificativa para conceito 5:** Segundo o PPC o IFPB optou pela Avaliação Diagnóstica e Formativa. Evidencia-se que a avaliação formativa possibilita identificar os avanços e as dificuldades surgidas ao longo do processo de ensino e aprendizagem, ainda em tempo de tomar providências. Os instrumentos podem constituir-se em provas dissertativas e orais, seminários, portfólios, produção textual, debates, atividades de grupo, atividades práticas ou outras tarefas, levando-se em consideração os objetivos, competências e habilidades globais – técnica científica, pedagógica, ética, moral e política que orientam o projeto. A sua aplicação pressupõe a coerência com os processos de ensino-aprendizagem, que devem ter como princípio o exercício da leitura, da discussão, da interpretação, da análise crítica e da problematização de temáticas e textos em aula, explicitando seus conceitos centrais, categorias e teorias que os embasam. O quantitativo de avaliações por disciplina poderá variar de 02 a 03, dependendo da carga horária da disciplina, sendo necessárias 3 quando a disciplina tiver mais de 50h, enquanto a periodicidade dependerá dos objetivos avaliativos do docente, que deverá apresentar todos os critérios de avaliação, conteúdo programático, objetivo da disciplina e do processo de avaliação, os quais deverão estar contidos no plano de ensino da disciplina. O desempenho acadêmico dos estudantes será expresso semestralmente, por componente curricular, através de nota, na escala de 0 (zero) a 100 (cem), a partir dos processos de avaliação, sendo a nota mínima da média semestral (MS) para aprovação em cada componente curricular 70 (setenta), calculada através da média aritmética das avaliações realizadas ao longo do semestre. O estudante que não atingir média semestral igual ou superior a 70 (setenta) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, e que obteve no mínimo 40 (quarenta) pontos na média dos exercícios de verificação de aprendizagem, terá direito a Exame Final. Este constará da aplicação de um instrumento avaliativo relacionado aos conteúdos desenvolvidos no componente curricular durante o período letivo. A aprovação do estudante no componente curricular dar-se-á somente com uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral igual ou superior a 70 (setenta) ou média final igual ou superior a 50 (cinquenta), após realização do exame final. Os estudos de recuperação de aprendizagem têm a finalidade de sanar/minimizar as dificuldades evidenciadas no processo ensino-aprendizagem, a fim de elevar o nível da aprendizagem e o respectivo resultado das avaliações dos estudantes, oportunizando-os recuperar qualitativa e quantitativamente os conteúdos e as práticas. Ficam asseguradas estratégias diferenciadas de avaliação da aprendizagem aos estudantes com necessidades educacionais específicas, considerando particularidades e mantendo sua finalidade. Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

**Justificativa para conceito 5:** De acordo como PPC do curso atualmente são ofertadas 60 vagas para ingresso de discentes, sendo 30 vagas para cada semestre letivo e as formas de ingresso estão previstas na resolução n. 54/2017-CSIFPB, através do SISU e do Processo Seletivo Especial (PSE), para as modalidades de reingresso, transferência interna, transferência externa, ingresso de graduados e transferência de polo, disposto na Resolução n. 21/2023 – CS-IFPB. Anualmente, o

NDE analisa a oferta de vagas, de acordo com dados extraídos do SISU, e demais processos avaliativos internos, bem como de matrículas efetivadas no SUAP, de modo a avaliar a conformidade de vagas ofertadas com a demanda local e regional. No estudo também são considerados critérios relacionados ao quantitativo de docentes e da infraestrutura disponível no campus, de modo a otimizar as atividades do curso. Portanto, o número de vagas para o curso está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa.

1.21. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica. O curso é de Tecnologia em Gestão Ambiental do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica. O curso é de Tecnologia em Gestão Ambiental do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica. O curso é de Tecnologia em Gestão Ambiental do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica. O curso é de Tecnologia em Gestão Ambiental do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

## **Dimensão 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL** 4,80

2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE. 5

**Justificativa para conceito 5:** O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB-Campus Picuí encontra-se constituído em conformidade com a Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010. É composto por cinco docentes, nomeados por meio da PORTARIA nº 137/2025 – DG/PC/REITORIA/IFPB, de 4 de setembro de 2025, tendo o coordenador do curso, professor Montesquieu da Silva Vieira, como presidente. Integram ainda o NDE os professores José Lucínio de Oliveira Freire, Djair Alves de Melo, Jandeilson Alves de Arruda e Igor Torres Reis. Todos os membros possuem titulação stricto sensu em nível de doutorado e atuam em regime de tempo integral/dedicação exclusiva, assegurando disponibilidade e envolvimento efetivo nas atividades do colegiado. Nessas condições, o NDE desempenha adequadamente sua função consultiva, atuando na elaboração, articulação, implantação, atualização e acompanhamento do PPC. Ficou evidenciada, durante a análise, a participação ativa do grupo, tanto na compreensão do perfil do egresso definido pelo PPC quanto na leitura do mercado de trabalho local. Observou-se ainda a permanência de parte de seus membros desde o último ato regulatório de autorização do curso, contribuindo para a continuidade, coerência e consolidação do projeto pedagógico.

2.2. Equipe multidisciplinar. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº NSA

1.134, de 10 de outubro de 2016).

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O curso é 100% presencial.

### 2.3. Atuação do coordenador.

5

**Justificativa para conceito 5:** A coordenação é exercida pelo professor Montesquieu da Silva Vieira, docente contratado em tempo integral e dedicação exclusiva, graduado em Agronomia (2002), com Mestrado em Solos (2008) pela UFPB e Doutorado em Manejo de Solo e Água (2017) pela UFRSA. Sua indicação decorre de consenso entre os pares, sendo posteriormente nomeado pela direção, o que reforça sua legitimidade acadêmica e institucional. A gestão do curso é conduzida com base em um plano de ação formalizado, com objetivos, metas e estratégias claramente definidos e compartilhados. Indicadores de desempenho da coordenação são disponibilizados publicamente no Portal do Estudante, garantindo transparência e permitindo o acompanhamento contínuo das ações. A atuação do coordenador promove integração da equipe docente, incentivo à inovação pedagógica e desenvolvimento profissional, evidenciada por reuniões regulares do colegiado e do NDE, orientações aos alunos, encontros de planejamento e relatórios de acompanhamento acadêmico. Com essas práticas, o curso comprova o atendimento integral ao indicador, demonstrando uma coordenação ativa, transparente e alinhada ao aprimoramento permanente da gestão acadêmica e da qualidade formativa.

### 2.4. Regime de trabalho do coordenador de curso.

5

**Justificativa para conceito 5:** O coordenador do curso, professor Montesquieu da Silva Vieira, nomeado por consenso entre os pares e designado pela direção, atua em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, garantindo disponibilidade para atender às demandas da gestão do curso, bem como para manter interlocução contínua com docentes, discentes, tutores (quando aplicável) e demais setores institucionais. Sua atuação é guiada por um plano de ação documentado e compartilhado, com metas claras e indicadores de desempenho públicos, possibilitando acompanhamento sistemático e transparente da coordenação. Esse regime de trabalho favorece a administração da potencialidade do corpo docente, promove a integração da equipe e contribui para a melhoria contínua das práticas acadêmicas.

### 2.5. Corpo docente.

5

**Justificativa para conceito 5:** O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB - Campus Picuí conta com um corpo docente altamente qualificado, composto por doze professores, confirmado durante a avaliação virtual in loco. A distribuição da titulação evidencia a robustez acadêmica do quadro docente: nove doutores e três mestres. Esse perfil demonstra aderência plena às diretrizes institucionais e ao que está previsto no Projeto Pedagógico do Curso. A qualificação do corpo docente se reflete diretamente na prática pedagógica. Os professores analisam criticamente os conteúdos dos componentes curriculares, destacando sua relevância para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, utilizando literatura atualizada e diversificada, que ultrapassa a bibliografia básica do PPC e incorpora referências científicas contemporâneas. Os docentes também asseguram aos discentes acesso a pesquisas e conteúdos científicos de ponta, integrando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso por meio de planos de ensino consolidados, aulas de campo, visitas técnicas, desenvolvimento de projetos de pesquisa e uso de plataformas digitais institucionais, como o SUAP. Além dessas ações, o corpo docente tem atuação efetiva em projetos e ações de extensão, envolvendo a comunidade local e regional em temas diretamente relacionados à área ambiental. Os professores participam da coordenação e execução de programas,

curso de formação, oficinas, ações socioambientais e atividades educativas, fortalecendo o diálogo entre o Instituto e a sociedade e promovendo a aplicação prática dos conhecimentos produzidos no curso. Tais iniciativas consolidam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ampliam a formação cidadã dos estudantes e reforçam o compromisso social do campus com o desenvolvimento sustentável do território. Com esse conjunto de práticas, evidencia-se que o corpo docente do curso atua de forma qualificada, integrada e alinhada às demandas contemporâneas da área de Gestão Ambiental, contribuindo significativamente para uma formação crítica, atualizada e socialmente comprometida.

## 2.6. Regime de trabalho do corpo docente do curso.

5

**Justificativa para conceito 5:** O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB - Campus Picuí conta com um corpo docente que atende plenamente às exigências institucionais e legais. Todos os doze professores são contratados em regime de tempo integral, garantindo disponibilidade para o atendimento às demandas do curso, conforme previsto no PPC, no PDI, no Regimento Institucional e na Resolução CS/IFPB nº 09/2024. Esse regime viabiliza o desempenho qualificado das atividades de docência, incluindo aulas, atendimentos aos discentes, participação nas reuniões do colegiado, planejamento didático e elaboração e correção de avaliações. Todas essas ações são registradas no Plano Individual de Trabalho (PIT) e no Relatório Individual de Trabalho (RIT), utilizados pela coordenação e pela gestão acadêmica para monitoramento e melhoria contínua. A dedicação integral também permite a participação efetiva dos docentes em projetos de pesquisa e extensão, além do incentivo à produção de conhecimento por meio de grupos de estudo e pesquisa, participação em eventos científicos e estímulo à publicação de trabalhos acadêmicos. Com esse conjunto de práticas, o curso evidencia atendimento integral aos indicadores Regime de Trabalho do Corpo Docente e Corpo Docente: Titulação e Atuação Acadêmico-Científica, assegurando uma formação crítica, atualizada e alinhada às demandas contemporâneas da Gestão Ambiental.

## 2.7. Experiência profissional do docente. Excluída a experiência no exercício da docência superior. NSA para cursos de licenciatura.

5

**Justificativa para conceito 5:** O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB - Campus Picuí conta com um corpo docente que apresenta expressiva e diversificada experiência profissional, comprovada no PPC e nos documentos analisados durante a avaliação virtual in loco. Essa vivência, diretamente relacionada às áreas ambientais e afins, permite que os professores integrem de forma consistente teoria e prática, apresentando exemplos contextualizados que refletem situações reais do exercício profissional. Tal atuação favorece a compreensão da aplicação prática dos conteúdos, da interdisciplinaridade no contexto laboral e da relação entre as competências previstas no PPC e as demandas do mundo do trabalho. O quadro docente também reúne profissionais com trajetória consolidada no magistério superior, além de experiências na educação básica, o que amplia a maturidade pedagógica, a leitura das necessidades formativas dos estudantes e a qualidade da mediação didática. Essa combinação de experiência profissional e acadêmica fortalece o domínio metodológico e a articulação entre os diferentes componentes curriculares. Além disso, os docentes participam ativamente de projetos de extensão, pesquisa aplicada, consultorias e atividades técnicas especializadas, promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio estruturante da política educacional do IFPB. Tais práticas ampliam o contato dos estudantes com situações reais e incentivam a formação crítica e contextualizada. Dessa forma, o curso comprova, por meio de evidências

institucionais e curriculares, que seu corpo docente possui experiência profissional relevante e alinhada ao perfil do egresso, contribuindo diretamente para uma formação atualizada, integrada e comprometida com as demandas contemporâneas da área de Gestão Ambiental.

2.8. Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos. 5

**Justificativa para conceito 5:** O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB-Campus Picuí conta com um corpo docente com expressiva experiência profissional, tanto no setor produtivo quanto no campo educacional, conforme evidenciado no PPC e confirmado na avaliação virtual *in loco*. Os professores possuem atuação significativa na Educação Básica, acumulando longos períodos de experiência que ampliam sua compreensão das trajetórias formativas e das demandas pedagógicas dos estudantes. Dos nove docentes, sete também atuam nos cursos técnicos do IFPB - Campus Picuí, fortalecendo a integração entre as etapas da Educação Profissional e Tecnológica. Essa atuação transversal possibilita identificar necessidades formativas, ajustar metodologias e assegurar continuidade na formação dos discentes, desde os níveis técnicos até o ensino superior. A combinação entre experiência profissional no mundo do trabalho, vivência na Educação Básica e participação ativa na Educação Profissional permite aos docentes contextualizar os conteúdos, articular teoria e prática e promover a interdisciplinaridade. Isso contribui para a análise crítica das competências previstas no PPC e para sua relação com as exigências da profissão em Gestão Ambiental. Além disso, o corpo docente participa de projetos de extensão, pesquisa aplicada, consultorias e atividades técnicas especializadas, reforçando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e ampliando a formação prática e crítica dos estudantes. Dessa forma, o curso comprova, por evidências documentais consistentes, que seu corpo docente reúne experiência quantitativa e qualitativamente relevante, contribuindo diretamente para uma formação integrada, atualizada e alinhada às demandas contemporâneas da área de Gestão Ambiental.

2.9. Experiência no exercício da docência superior. 5

**Justificativa para conceito 5:** O corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB - Campus Picuí possui experiência consolidada na docência superior, o que se reflete em práticas pedagógicas capazes de atender plenamente às demandas formativas dos estudantes. Essa experiência permite identificar com precisão as dificuldades dos discentes, adaptar a linguagem e a abordagem dos conteúdos às características específicas de cada turma e apresentar exemplos contextualizados que articulam teoria e prática nas diferentes unidades curriculares. Os docentes elaboram atividades específicas voltadas à superação de dificuldades, além de realizarem avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando seus resultados para ajustar e aprimorar continuamente a prática pedagógica ao longo do período letivo. Essa postura reflexiva e responsiva fortalece a aprendizagem e amplia o engajamento dos estudantes. O corpo docente também exerce liderança acadêmica e é reconhecido pela qualidade de sua produção e atuação profissional, contribuindo para um ambiente formativo sólido, colaborativo e coerente com os objetivos do PPC e com o perfil profissional do egresso. Dessa forma, o curso comprova que seus professores possuem experiência na docência superior plenamente alinhada às exigências do indicador, assegurando uma formação de qualidade, contextualizada e orientada ao desenvolvimento integral dos estudantes.



2.10. Experiência no exercício da docência na educação a distância. NSA NSA  
para cursos totalmente presenciais.

**Justificativa para conceito NSA:**Não se Aplica. O curso é 100% presencial.

2.11. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância. NSA para NSA  
cursos totalmente presenciais.

**Justificativa para conceito NSA:**Não se Aplica. O curso é 100% presencial.

2.12. Atuação do colegiado de curso ou equivalente. 5

**Justificativa para conceito 5:**O colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB-Campus Picuí encontra-se plenamente institucionalizado, conforme Portaria nº 68/2024-DG/Picuí, e apresenta representatividade formal de todos os segmentos previstos na normativa institucional. Sua composição atual é formada por: Docentes efetivos: Montesquieu Vieira de Silva (Presidente), Djair Alves de Melo, Igor Torres Reis, José Lucínio de Oliveira Freire e Jandeilson Alves de Arruda. Professores não vinculados à coordenação: Mário Henrique Medeiros Cavalcante de Araújo (Titular) e Ygor Gardel Santos de Lima (Suplente). Representante técnico-administrativo: Kamila Mirley Lopes Maciel (Titular) e Carmem Maia dos Santos (Suplente). Representante discente: Jonata Micaell da Silva Severiano (Titular) e Natalian da Silva Oliveira (Suplente). Durante a avaliação virtual in loco, constatou-se, por meio de análise documental e das reuniões realizadas com docentes e representantes, que o colegiado atua de maneira efetiva, contínua e alinhada às diretrizes institucionais. As reuniões ocorrem com periodicidade definida, com pautas, discussões e decisões formalmente registradas em atas assinadas e arquivadas nos sistemas institucionais de gestão, garantindo transparência, publicidade e rastreabilidade. As deliberações colegiadas seguem um fluxo de encaminhamento institucionalmente estabelecido, que contempla o registro, o acompanhamento e a execução das decisões por meio de sistemas oficiais, como o SUAP, o que assegura o controle administrativo e a continuidade dos processos. O colegiado dispõe, portanto, de estrutura tecnológica e administrativa adequada para registrar, monitorar e implementar suas resoluções. Verificou-se, ainda, que o colegiado realiza avaliações periódicas de seu desempenho, analisando a efetividade de suas ações, o andamento das atividades acadêmicas e a pertinência dos encaminhamentos realizados. Esses processos de autoavaliação resultam em ajustes de práticas de gestão, contribuindo para a melhoria contínua do curso. Dessa forma, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB - Campus Picuí apresenta evidências documentais e testemunhais que comprovam que o colegiado atua, é representativo, reúne-se periodicamente, registra e encaminha suas decisões de forma sistematizada, utiliza sistemas de suporte adequados e realiza avaliação periódica de sua atuação, atendendo integralmente ao indicador.

2.13. Titulação e formação do corpo de tutores do curso. NSA para cursos NSA  
totalmente presenciais.

**Justificativa para conceito NSA:**Não se Aplica. O curso é 100% presencial.

2.14. Experiência do corpo de tutores em educação a distância. Exclusivo NSA  
para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na  
modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de  
2016).

**Justificativa para conceito NSA:**Não se Aplica. O curso é 100% presencial.

2.15. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a NSA  
distância), docentes e coordenadores de curso a distância. Exclusivo para

cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O curso é 100% presencial.

2.16. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. 3

**Justificativa para conceito 3:** O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB - Campus Picuí apresenta um corpo docente com produção acadêmica regular, em conformidade com o PPC e com as diretrizes institucionais. A análise dos currículos Lattes e dos registros institucionais demonstra que pelo menos 50% dos docentes possuem, no mínimo, quatro produções científicas, culturais, artísticas ou tecnológicas nos últimos três anos, atendendo ao nível exigido pelo indicador do INEP para conceito 3. Essas produções incluem artigos, trabalhos publicados em eventos, capítulos de livros, relatórios técnicos e ações de extensão e pesquisa aplicada, especialmente relacionados à área ambiental. O conjunto das evidências comprova que o curso possui um quadro docente ativo na produção e difusão do conhecimento, contribuindo para a atualização profissional dos professores e para o fortalecimento da formação dos estudantes.

**Dimensão 3: INFRAESTRUTURA** 4,73

3.1. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral. 3

**Justificativa para conceito 3:** Os docentes contam com infraestrutura institucional adequada para o desenvolvimento de suas atividades, com acesso a espaços coletivos, compartilhados, limpos, iluminados, climatizados, dotados de internet e equipamentos básicos, como impressoras de uso comum. Embora a IES não disponha de gabinetes individuais ou exclusivos para professores em tempo integral, garante ambientes funcionais e acessíveis para atendimento a alunos, preparação de aulas e realização de reuniões, inclusive com possibilidade de uso de salas reservadas quando necessária maior privacidade. Além disso, há apoio técnico-administrativo durante a jornada de trabalho, assegurando condições operacionais satisfatórias. Dessa forma, a estrutura disponível viabiliza as ações acadêmicas e atende, de maneira adequada, às necessidades institucionais.

3.2. Espaço de trabalho para o coordenador. 5

**Justificativa para conceito 5:** O espaço de trabalho utilizado pelo coordenador do Curso apresenta excelentes condições de uso: é limpo, bem iluminado, climatizado e dotado de mobília adequada, o que favorece o desenvolvimento das atividades acadêmicas e atende plenamente às necessidades da IES. O ambiente permite o atendimento individual ou de pequenos grupos com conforto e privacidade. Para reuniões que exijam maior reserva, a coordenação dispõe de outros espaços institucionais perfeitamente acessíveis e adequados a essa finalidade. O local conta com computador conectado à internet, telefone e impressora, proporcionando suporte eficiente ao desempenho das atribuições da coordenação. Não foi apresentada evidência de estrutura tecnológica diferenciada; ainda assim, a infraestrutura disponibilizada revela elevado nível de adequação e atende integralmente às demandas da função.

3.3. Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso. 5

**Justificativa para conceito 5:** A IES disponibiliza uma sala coletiva de professores que apresenta excelentes condições de uso e atende plenamente aos parâmetros de qualidade esperados. O ambiente viabiliza o trabalho docente, possui acessibilidade e conta com recursos de tecnologias da informação e comunicação compatíveis com o quantitativo de docentes do curso. A sala é limpa, climatizada, bem mobiliada e dispõe de espaço adequado para descanso,

integração e pequenas atividades de lazer, favorecendo a convivência acadêmica. Há também apoio técnico-administrativo disponível para atender às demandas cotidianas dos professores. Embora, em função do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a necessidade de guarda de materiais e equipamentos pessoais seja reduzida, o espaço contempla áreas destinadas a esse fim, assegurando organização e funcionalidade. Dessa forma, a infraestrutura oferecida demonstra elevado nível de adequação e contribui de maneira efetiva para o pleno exercício das atividades docentes.

#### 3.4. Salas de aula.

4

**Justificativa para conceito 4:** As salas de aula atendem de maneira consistente às necessidades da IES e do curso. São ambientes amplos, confortáveis, bem iluminados e climatizados, recebem manutenção regular e dispõem de mobiliário adequado ao trabalho pedagógico. Os recursos de TIC disponíveis: projetores, lousas convencionais e acesso à internet por rede Wi-Fi para dispositivos móveis e notebooks, mostram-se suficientes para apoiar as atividades acadêmicas e funcionam de forma satisfatória no cotidiano. As salas utilizam carteiras tradicionais (mesa e cadeira), que possibilitam diferentes arranjos espaciais, permitindo ao docente adotar diversas metodologias de ensino conforme a dinâmica da aula. Observa-se, entretanto, que não há equipamentos, recursos ou práticas que possam ser considerados inovadores ou que representem avanços tecnológicos comprovadamente exitosos. Ainda assim, a infraestrutura existente é adequada e contribui de forma efetiva para o desenvolvimento das atividades de ensino.

#### 3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática.

5

**Justificativa para conceito 5:** A IES dispõe de seis laboratórios de informática, cada um com capacidade para 30 alunos, totalizando 180 computadores em operação. Há, ainda, outros 85 equipamentos disponíveis no almoxarifado para futura instalação ou substituição. Os laboratórios são limpos, bem iluminados, climatizados e acessíveis mediante agendamento. Além disso, os discentes podem utilizar computadores adicionais localizados na biblioteca. O acesso à internet também é disponibilizado por meio da rede Wi-Fi institucional, a qual, durante a visita virtual in loco, apresentou certa instabilidade. Os espaços físicos são adequados e contam com recursos de acessibilidade, incluindo adaptações para pessoas com necessidades específicas e softwares destinados a essa finalidade, cujas demandas são encaminhadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Os equipamentos e programas instalados encontram-se atualizados, e foram apresentados os contratos que asseguram sua manutenção. A IES realiza, de tempos em tempos, ações voltadas à análise e melhoria contínua da adequação, qualidade e pertinência desses laboratórios.

#### 3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).

5

**Justificativa para conceito 5:** Durante a visita virtual in loco constatou-se que o acervo da bibliografia básica está integralmente informatizado pelo Sistema Koha e disponível, de forma física (não há biblioteca virtual), para discentes e docentes. O acervo é adequado e está em conformidade com as diretrizes institucionais estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) [2020/2025] e demais normativas internas do IFPB. Destacam-se, nesse contexto, a Resolução CS/IFPB nº 54/2018, que “dispõe sobre o Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba”, e a Resolução CS/IFPB nº 03/2017, que “dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba”. A bibliografia básica de cada unidade curricular está compatível com os conteúdos do PPC e atualizada

conforme a natureza das disciplinas, com uso e pertinência atestados por relatório de adequação do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Esse relatório comprova a relação adequada entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares físicos disponíveis. O acervo inclui ainda periódicos especializados, que complementam e aprofundam os conteúdos das unidades curriculares. A biblioteca mantém mecanismos de gestão contínua do acervo, incluindo atualizações periódicas de títulos mais demandados e um plano de contingência para garantir acesso e continuidade dos serviços em caso de falhas operacionais. Dessa forma, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal da Paraíba - Campus Picuí demonstra atendimento integral ao indicador Bibliografia Básica por Unidade Curricular, dispondo de acervo físico e virtual organizado, atualizado, referendado pelo NDE, com quantidade suficiente de exemplares, recursos de acessibilidade, periódicos especializados e estratégias de gestão que asseguram a qualidade e a disponibilidade do material aos discentes.

3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) ou 5 para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas).

**Justificativa para conceito 5:** O acervo da bibliografia complementar atende integralmente às exigências institucionais. O acervo físico está tombado, informatizado e registrado em nome da IES, sendo composto por títulos atualizados e compatíveis com as unidades curriculares e com os conteúdos do PPC, conforme a natureza de cada UC. Sua suficiência é atestada por relatório do NDE, que comprova a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares físicos disponíveis. Embora a IES não possua biblioteca virtual, oferece acesso ao Portal de Periódicos da CAPES e consulta online do acervo físico para fins de reserva, garantindo suporte adicional à pesquisa. Há instalações adequadas e infraestrutura tecnológica que asseguram o acesso local aos materiais, incluindo recursos de acessibilidade. O acervo também dispõe de periódicos especializados que complementam os conteúdos das UCs. A gestão é contínua, com atualização dos títulos mais demandados e plano de contingência que assegura a manutenção dos serviços.

3.8. Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não 5  
utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC.

**Justificativa para conceito 5:** Durante a visita virtual in loco constatou-se que o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB - Campus Picuí dispõe de laboratórios didáticos de formação básica plenamente alinhados ao PPC e às diretrizes do PDI [2020/2025]. Estão disponíveis os laboratórios de Química, Biologia, Informática, Física e Robótica, todos organizados conforme as normas institucionais de funcionamento, utilização e segurança. Os ambientes apresentam conforto, climatização, mobiliário adequado, acessibilidade e disponibilidade compatível com o turno do curso, podendo ter horários ampliados conforme demanda. A manutenção é periódica e planejada, e os laboratórios contam com apoio técnico especializado para garantir orientação, organização e segurança. Os espaços possuem recursos de TIC, insumos e equipamentos suficientes para as atividades práticas, além de atenderem ao número de vagas autorizadas. A IES realiza avaliações periódicas sobre adequação e qualidade desses ambientes, utilizando os resultados para planejar melhorias e atualizações. Assim, o curso comprova atendimento integral ao indicador Laboratórios Didáticos de Formação Básica, dispondo de estruturas adequadas, equipadas e continuamente avaliadas para assegurar a qualidade do processo formativo.

3.9. Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC. 5

**Justificativa para conceito 5:** Durante a visita virtual in loco constatou-se que o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB-Campus Picuí dispõe de laboratórios didáticos de formação específica plenamente compatíveis com o PPC e com o PDI em vigor. Estão disponíveis os laboratórios de Biologia e Microbiologia, Análises Químicas e Físico-químicas, Sementes, Topografia, Geologia e Geofísica Aplicada, CAD e Geoprocessamento, além dos ambientes do curso de Agroecologia (em extinção), utilizados para aulas práticas e pesquisa. Os laboratórios seguem as normas institucionais de funcionamento, utilização e segurança e apresentam conforto, infraestrutura adequada e acessibilidade compatível com o número de vagas. A manutenção é periódica, registrada e apoiada por equipe técnica especializada. Os ambientes dispõem de recursos de TIC, insumos e equipamentos suficientes para atender às atividades práticas. A IES realiza avaliações periódicas de adequação e qualidade, cujos resultados subsidiam melhorias e atualizações. Assim, o curso comprova atendimento integral ao indicador Laboratórios Didáticos de Formação Específica, oferecendo espaços adequados, equipados e continuamente avaliados para assegurar a qualidade da formação prática.

3.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O curso é de Tecnologia em Gestão Ambiental.

3.11. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O curso é de Tecnologia em Gestão Ambiental.

3.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O curso é de Tecnologia em Gestão Ambiental.

3.13. Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O PPC do curso não prevê o uso de animais em aulas práticas e/ou pesquisas.

3.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O PPC do curso não prevê a produção de material didático.

3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica. O curso é de Tecnologia em Gestão Ambiental.

3.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos. 5

**Justificativa para conceito 5:** Durante a visita virtual in loco, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB-Campus Picuí apresentou documentação completa e atualizada que comprovou integralmente a existência e o funcionamento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal da Paraíba. A análise de portarias, registros de homologação, relatórios e demais documentos institucionais demonstrou que o CEP é devidamente homologado pela CONEP, pertence à própria instituição e presta atendimento também a instituições parceiras, ampliando sua atuação ética e científica. As evidências confirmam que o comitê está ativo, regular e em pleno funcionamento, garantindo suporte ético às pesquisas desenvolvidas. Dessa forma, o curso comprova de maneira plena o atendimento ao indicador Comitê de Ética em Pesquisa, atendendo integralmente a todas as exigências estabelecidas.

3.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas. 5

**Justificativa para conceito 5:** O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB-Campus Picuí conta com o suporte do Comitê de Ética na Utilização de Animais (CeUA) do Instituto Federal da Paraíba, em consonância com o PPC e com o PDI institucional. Durante a visita virtual in loco, foram analisados documentos específicos incluindo portarias, registros de homologação e documentos de funcionamento, que comprovam que o CeUA está devidamente homologado pelo CONCEA, pertence à própria instituição e encontra-se em regular atividade. Também foi verificado, com base na documentação apresentada, que o CeUA presta atendimento a instituições parceiras, ampliando sua atuação e reafirmando a responsabilidade ética e científica da instituição no que se refere às atividades envolvendo animais. Dessa forma, o curso comprova o atendimento integral ao indicador Comitê de Ética na Utilização de Animais (CeUA), demonstrando que dispõe de um comitê institucional homologado, ativo e com capacidade de atendimento ampliado.

#### **Dimensão 4: Considerações finais.**

##### **4.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.**

A Comissão Avaliadora formada pelas professoras Sandra Maria Silveira Denadai (ponto focal) e Marco Antonio Soares de Souza, que foi instituída e designada pelo ofício circular n. 1726767698\_1759277193-CGAV/DAES/INEP de 30.09.2025, para realização da avaliação externa na modalidade virtual de 12 a 14.11.2025.

##### **4.2. Informar o número do processo e da avaliação.**

Processo número - 202.506.057

Código da avaliação - 229.353

##### **4.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).**

Como consta no Ofício de Designação, FE e documentação apresentada pela IES - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB, situada no Acesso Rodovia PB 151, CAMPUS PICUÍ - S/N CEP 58.187-000 - Picuí/PB. No entanto, através da geolocalização verificou-se que o endereço correto do Campus de Picuí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB (Código – 1.166), é: Acesso à Rodovia PB177, s/n, bairro Cenecista, CEP 58.187-000, Picuí/PB.

##### **4.4. Informar o ato autorizativo.**

O presente ato é de Reconhecimento de Curso

##### **4.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas atuais.**

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, grau Tecnológico, na modalidade presencial no período vespertino, com oferta de 30 vagas/semestrais (totalizando 60 vagas anuais).

4.6. Explicitar os documentos usados como base para a avaliação (PDI e sua vigência; PPC; relatórios de autoavaliação - informar se integral ou parcial; demais relatórios da IES).

PDI – 2020 – 2024

PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental - 2025

Relatórios de Autoavaliação

Pasta dos docentes contendo - Currículo Lattes do coordenador e dos professores, cópia do documento de identidade e CPF, cópia da CTPS com as experiências profissionais, cópia do diploma de graduação e pós-graduação e cópia das publicações dos 03 últimos anos.

Outros documentos - ato autorizativo e de credenciamento da IES, regimento geral, relatório das atividades de extensão no curso, calendário acadêmico, regimento didático dos cursos superiores do IFPB, corpo docente, regulamento geral das atividades complementares, regulamento da CLAI, portaria de nomeação do núcleo, projeto dos cursos de nivelamento, projeto para a garantia da acessibilidade, projeto política de assistência estudantil do IFPB, regulamento para concessão de bolsas, regulamento para os estágios não-obrigatórios, convênios firmados para os estágios não-obrigatórios, regulamento da CPA, relatórios de autoavaliação, portaria de nomeação, atas de reuniões da CPA, regulamento de funcionamento do NDE, portarias de nomeação e pastas dos membros do NDE, atas de reunião do NDE, portaria de nomeação e pasta da coordenação, atas de reuniões do colegiado de curso....

4.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada dimensão.

ANÁLISE PRELIMINAR

Os indicadores da Análise Preliminar, foram preenchidos, antes do início da avaliação, a partir das informações disponibilizadas no FE.

## DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Verificou-se que o curso atende aos requisitos legais no que concerne ao perfil do egresso, à oferta da disciplina de LIBRAS, às questões das relações étnico raciais, às questões da cultura e história africana e indígena e dos direitos humanos. PPC do curso não prevê TCC. As atividades complementares estão curricularizadas e são cumpridas e registradas. Os processos de apoio ao discente e de avaliação interna e externa são executados satisfatoriamente. As TICs no apoio ao processo de ensino aprendizagem são satisfatórias. O processo de avaliação da aprendizagem inclui a avaliação dos conhecimentos, habilidades e atitudes do aluno, na aprendizagem desenvolvida por meio das atividades realizadas em aulas teóricas, teórico-práticas, de laboratório e atividades de campo. Os acadêmicos participam de centros acadêmicos.

## DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPB - Campus Picuí conta com um corpo docente composto 100% por professores em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, experientes tanto na docência superior quanto no mercado de trabalho. Essa trajetória profissional qualificada contribui para práticas pedagógicas contextualizadas e alinhadas ao PPC. Pelo menos 50% dos docentes apresentam

quatro ou mais produções acadêmicas nos últimos três anos, refletindo participação ativa em pesquisa e extensão e influenciando positivamente o engajamento dos discentes nessas áreas. A coordenação do curso, juntamente com o colegiado institucionalizado, atua de forma sistemática no planejamento, acompanhamento e melhoria contínua das ações acadêmicas, fortalecendo a qualidade da formação ofertada.

### **DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA**

A infraestrutura disponibilizada pelo IFPB ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental é adequada, composta por ambientes amplos, confortáveis, bem iluminados, climatizados e com mobília compatível com suas finalidades. As salas de aula dispõem de recursos de TIC atualizados, garantindo boa usabilidade e suporte às atividades pedagógicas. Os espaços destinados aos docentes são apropriados e atendem às necessidades acadêmicas. Os laboratórios básicos e específicos oferecem condições adequadas para o desenvolvimento das práticas previstas no PPC. De modo geral, a infraestrutura existente atende às demandas do curso e sustenta o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

#### **Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :**

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES**

Em cumprimento ao Ofício de designação para composição de Comissão de Avaliação externa de código 229353, para o ato de Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPA), Acesso Rodovia PB 151 Complemento: CAMPUS PICUÍ S/N Cep: 58187000 - Picuí/PB a comissão foi constituída pela professora Sandra Maria Silveira Denadai (ponto focal) e professor Marco Antonio Soares de Souza, realizando a avaliação in loco virtual no período entre 11 a 14 de novembro de 2025. A avaliação ocorreu com o suporte da coordenação do curso e representantes da IES. A comissão visitou virtualmente todas as instalações, com ênfase àquelas de maior relação com o curso sob avaliação. Foram realizadas reuniões com a Direção da IES, NDE, Técnicos da Biblioteca e Corpos docente e discente, conforme agenda preestabelecida. Foi verificado na avaliação in loco, que estão sendo oferecidas 60 vagas anuais pela IES para o curso, sendo as mesmas ofertadas para o turno vespertino. O corpo docente demonstrou comprometimento para evolução do curso e ao crescimento profissional do corpo discente. Finalizando, informamos que todas as nossas solicitações foram atendidas, não deixando de acessar qualquer espaço (virtualmente) ou documento que a comissão julgou necessário. Foi possível conversar com qualquer colaborador da instituição e estudantes do curso que participaram das reuniões.

#### **CONCEITO FINAL CONTÍNUO**

**4,74**

#### **CONCEITO FINAL FAIXA**

**5**